

LOCAIS DE ATENDIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA

CURITIBA

Centro Estadual de Atendimento Multidisciplinar

(41) 3219-7303

Cível e Fazenda Pública - Atendimento inicial

(41) 99132-4490

Cível e Fazenda Pública - Acompanhamento

(41) 99124-3678 (WhatsApp)

Execução Penal - (41) 9155-9047 (WhatsApp - fechado)

(41) 9233-0681 (WhatsApp - aberto)

Família - Atendimento inicial dos Fóruns

Descentralizados | (41) 3219-7374

1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a

Mulher - (41) 97402-7204 (WhatsApp)

2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a

Mulher - (41) 97403-1998 (WhatsApp)

4º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a

Mulher - (41) 3256-7156

Área Criminal - (41) 3352-2957

Casa da Mulher Brasileira - (41) 3221-2731

Núcleo Criminal de Curitiba - Ahú (41) 99181-6960

(WhatsApp)

Infância e Juventude Cível - (41) 3352-8783

Infância e Juventude Infracional - (41) 99270-7510

Infrações penais contra crianças, adolescentes e idosos

(41) 4501-6413 | (41) 3224-5323

Posto de atendimento Programa Justiça no Bairro

(41) 99194-4467 (apenas mensagens)

Posto na Assembleia Legislativa do Paraná - ALEP

(41) 3350-4103

Posto na Câmara Municipal de Curitiba - CMC

(41) 3350-4917 | (41) 3350-4918 | (41) 3350-4925

Defensoria Pública no Tribunal do Juri

(41) 99117-0905 (WhatsApp)

Defensoria Pública no Boqueirão - (41) 3278-8619

Defensoria Pública na CIC - (41) 99192-8976 (WhatsApp)

Defensoria Pública no Pinheirinho - (41) 3268-3964

Defensoria Pública em Santa Felicidade

(41) 99263-5713

Defensoria Pública no Sítio Cercado - (41) 3219-7303

INTERIOR, REGIÃO METROPOLITANA E LITORAL

Almirante Tamandaré | (41) 3219-7385

Antonina | (41) 97403-0017

Apucarana | (43) 3424-1341

Cambé | (43) 3521-3703

Campo Mourão | (44) 3524-4768

Cascavel | (45) 3224-1471

Castro | (42) 2122-5508

Cianorte | (44) 99157-2947

Colombo | (41) 98775-5733 | (41) 99141-0657

Cornélio Procopio | (43) 3401-3350

Cruzeiro do Oeste | (44) 98817-0731

Foz do Iguaçu | (45) 3422-3400

Francisco Beltrão | (46) 3211-5300

Guarapuava | (42) 3303-2000

Guaratuba | (41) 3472-6256

Jandaia do Sul | (43) 98870-1982

Londrina | (43) 3521-3703

Maringá | (44) 3366-3300

Matinhos | (41) 98738-5590

Morretes | (41) 97403-0017

Paranaguá | (41) 97403-0017

Paranavaí | (44) 3482-0800

Pato Branco | (46) 3313-3103

Ponta Grossa | (41) 97403-4733

Pontal do Paraná | (41) 97403-0017

São José dos Pinhais | (41) 3388-7550

Umuarama | (44) 3624-8413 | (44) 3624-0199

União da Vitória | (42) 99135-6803

NÚCLEOS ESPECIALIZADOS

Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos

(NUCIDH) | (41) 99252-5471

Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e

Urbanísticas (NUFURB) | (41) 99237-8847

Núcleo da Infância e Juventude (NUDIJ)

(41) 3234-4655

Núcleo da Política Criminal e da Execução Penal

(NUPEP) | (41) 99288-7445

Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das

Mulheres (NUDEM) | (41) 99285-8134

Núcleo de Defesa do Consumidor (NUDECON)

(41) 99232-2977

Núcleo de Defesa da Saúde Pública e Privada

(NUESP) | (41) 3234-4610

Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial

(NUPIER) | (41) 98777-1164

Para MAIS INFORMAÇÕES, acesse:

www.defensoriapublica.pr.def.br



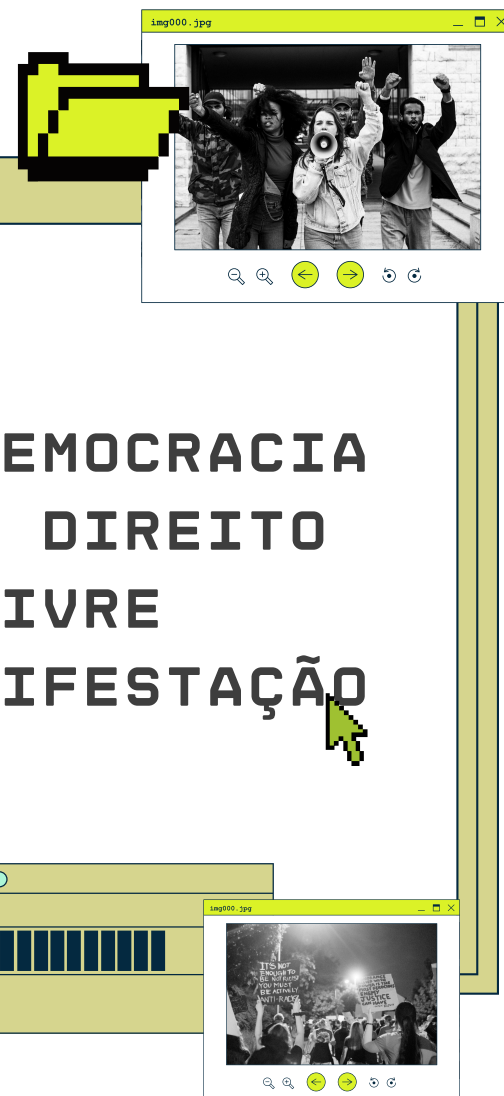
OUVIDORIA

Tem elogios, sugestões ou reclamações para fazer sobre os serviços prestados pela Defensoria Pública?

Entre em contato com a Ouvidoria da Defensoria Pública por telefone (41) 3219-7340,

Whatsapp (41) 99123-1961 ou pelo e-mail:

ouvidoria@defensoria.pr.def.br



DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

A DEMOCRACIA E O DIREITO À LIVRE MANIFESTAÇÃO

As **liberdades de expressão, de pensamento e de reunião pacífica** são fundamentais para a plena vigência do regime democrático, na medida em que **a democracia pressupõe a existência e a divulgação de opiniões divergentes.**

Os direitos à liberdade de expressão, de pensamento e de reunião pacífica garantem e protegem várias formas de expressar publicamente opiniões, de exigir o cumprimento de direitos, de evitar retrocessos e de afirmar a identidade de grupos que, historicamente, têm sido discriminados.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE PENSAMENTO E DE REUNIÃO: O QUE SÃO?

Liberdade de Expressão: é a possibilidade de a pessoa emitir suas opiniões e ideias, ou expressar atividades intelectuais, artísticas, científicas e de comunicação, sem interferência ou eventual retaliação do governo.

Liberdade de Pensamento: garante à pessoa o direito de pensar e exprimir seus pensamentos, suas crenças e suas doutrinas. No caso dos direitos à liberdade de expressão e pensamento, a Constituição **proíbe a censura prévia.**

Contudo, **o direito à liberdade de expressão não é absoluto e deve ser exercido dentro da lei.** As pessoas e organizações estão sujeitas a penalidades por abuso do direito à liberdade de expressão, como, por exemplo, em casos de divulgação de conteúdos caluniosos, falsos, discriminatórios, ofensivos à honra etc.

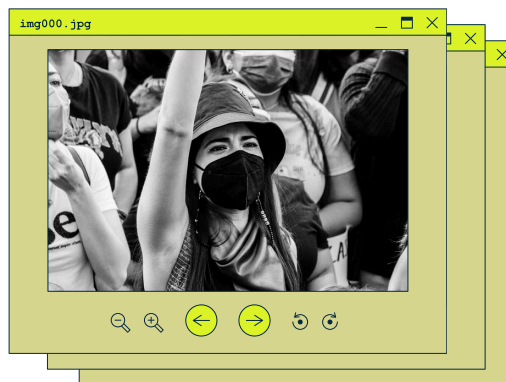
Liberdade de Reunião: permite que um conjunto de pessoas se reúna em um local público com o objetivo de defender ou tornar conhecidas as suas opiniões e reivindicações, não sendo necessária prévia **autorização**, já que basta a **comunicação** prévia à autoridade competente.

A reunião deve ser pacífica, ou seja, sem violência ou incitação ao ódio ou à discriminação.

O QUE É PERMITIDO?

Qualquer pessoa pode organizar um protesto, e existem diversas formas de se manifestar. Veja algumas condutas permitidas:

- Utilizar qualquer mídia ou meio de comunicação
- Mobilizar, publicamente, pessoas para que participem da manifestação
- Utilizar cartazes, panfletos e faixas
- Fotografar e filmar a ação de manifestantes ou de policiais
- Convidar a imprensa local
- Realizar intervenções artísticas
- Realizar marchas e grandes deslocamentos pelas vias públicas
- Cobrir o rosto (mas é necessário obedecer à ordem de policial que exija a retirada do pano/máscara para fins de identificação de pessoas em trânsito)
- Portar produtos alimentícios e materiais de limpeza, tais como vinagre e água sanitária



DEVERES DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA

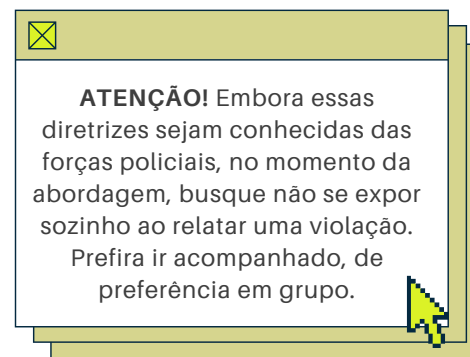
A segurança pública é dever do Estado. São alguns deveres dos agentes de segurança pública:

- Garantir a integridade do ato, facilitando, e não restringindo, a reunião pública pacífica
- Identificarem-se para o público durante todo o tempo em que estiverem atuando
- Evitar o uso da força no policiamento de reuniões (mesmo que ilegais, mas não violentas)
- Anunciar sempre que forem fazer uso da força, dando orientações claras para permitir que os manifestantes deixem o local, se assim desejarem

- Proteger manifestantes pacíficos e não usar eventuais atos violentos de uma minoria como pretexto para restringir ou impedir o exercício dos direitos fundamentais de uma maioria pacífica
- Garantir a livre circulação de pessoal e de atendimento médico, jurídico e de comunicação às pessoas lesionadas ou afetadas por atos de violência
- Respeitar o uso de equipamentos de gravação (celular, câmera etc)

Exemplos de condutas que **não** podem ser toleradas:

- Uso de armas de fogo
- Uso de bastões e equipamentos de impacto em pessoas que não representam ameaça e que se manifestam pacificamente
- Uso de táticas de confinamento/cerco de manifestantes;
- Prisão para averiguação (art. 5º, LXI, CRFB/88).



Diante de violências praticadas por agentes de segurança, proteja-se e tente guardar o nome do agressor, a placa da viatura e, se possível, leve testemunhas com você quando for a uma Delegacia fazer o Boletim de Ocorrência, ou registre (em vídeo ou fotos) o ocorrido. Caso a agressão seja física, peça para fazer o exame de corpo de delito. **Você também pode procurar o suporte da Defensoria Pública do Estado.**

Para denunciar uma violação de direitos, **Disque 100** (Direitos Humanos).